

## Sociedade industrial, modernidade e a lógica do desenvolvimento sustentável

*Sheyla Pink Díaz Morales<sup>1</sup>*

*Carla Taciane Figueiredo<sup>2</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo tratar a lógica do desenvolvimento sustentável, contextualizada na modernidade, evidenciando os condicionamentos decorrentes dos avanços tecnológicos e desigualdade social. O trabalho ainda enfoca questões relevantes ao meio ambiente, especificamente às transformações das relações sociais e reorganização no âmbito sócio econômico. Para tanto, recorreu-se aos fundamentos relativos ao pensamento econômico, sociologia ambiental, políticas públicas e relações de poder. É de conhecimento que durante algum tempo, a economia e o meio ambiente eram áreas independentes, porém com o processo gradual de transformação dos saberes científicos, as pesquisas denotaram que o padrão de consumo, produção e modelo econômico vigente passaram a acarretar sérios problemas ambientais e sociais às futuras gerações. Com isso, vê-se a importância de se compreender o desenvolvimento das sociedades industriais e os fundamentos do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Modernidade. Sociedade industrial.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: sheylapink@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: carlatacyane@hotmail.com.

**Abstract:** This inquiry has how I aim to treat the logic of the sustainable development, contextualizada in the modernity, showing up the conditionings resulting from the technological advancements and social inequality. The work still tackles relevant questions to the environment, specifically to the transformations of the social relations and reorganization in the extent economical partner. For so much, one resorted to the relative bases to the economical thought, environmental sociology, public politics and relations of power. It is of knowledge that during some time, the economy and the environment were independent areas, however with the gradual process of transformation of you knew scientific, the inquiries showed that the standard of consumption, production and economical model in force started to bring serious environmental and social problems to the future generations. With that, the importance is seen of are understood the development of the industrial societies and the bases of the sustainable development.

**Keywords:** Sustainable development. Environment. Modernity. Industrial society. When it was.

## **Introdução**

Para que se estabeleça uma discussão acerca do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial e do desenvolvimento sustentável é importante compreender, primeiramente, o significado deste último termo, em que se fundamenta, entender seu surgimento e em que contexto histórico sua criação esteve envolvida para a partir daí se construir, reflexões à luz das ciências econômicas, filosóficas e sociais.

A concepção de desenvolvimento sustentável está norteadada na compreensão de que os recursos naturais são finitos e que há uma inadequação econômica, social e ambiental no modelo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Seu aparecimento foi motivado pela crescente exploração dos recursos naturais decorrentes da evolução da ciência e tecnologia durante o século XIX e XX, através do modo fordista de produzir e da grande atividade industrial.

Com o Relatório de Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, 1987, a definição de desenvolvimento sustentável passou a ser conhecida e

discutida, posteriormente, nas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1992, ocorrida no Rio de Janeiro.

Alguns estudiosos até hoje questionam o que o desenvolvimento sustentável preconiza, uma vez que alguns aspectos não são claros quanto à definição e aplicabilidade da nova forma de pensar o mundo.

É importante saber que relacionado ao desenvolvimento sustentável estão diversas visões de mundo. Ora fundamentada em um discurso econômico, de uma natureza como um bem capital, ora contrária a este discurso. Neste emaranhado de ideias acerca da práxis do desenvolvimento sustentável, Vecchiatti (2004, p. 91), expressa que somente uma articulação ético-política, que perpassasse pela política ambiental, poderia direcionar uma revolução sócio-cultural.

E para Sachs (2007, p. 72), a saída para tamanhos problemas ambientais causados pelas sociedades industriais, estaria no ecodesenvolvimento, uma vez que mediante o reaproveitamento dos dejetos para fins produtivos diminuiria os impactos negativos causados pelos homens. O ecodesenvolvimento preconiza um estilo de desenvolvimento que leva em conta o respeito ao homem, observando suas especificidades e a gestão competente dos recursos naturais.

Em meio a uma sociedade industrial colocar em prática o que rege o desenvolvimento sustentável torna-se um tanto complexo, uma vez que se gera um espaço onde ocorrem disputas entre diversos atores sociais cada um com seu modo diferenciado de apropriação, uso e significação do território, como bem observa o pesquisador Acselrad (2004, p. 26).

Já o modelo de desenvolvimento da sociedade industrial, este, é regido pela concorrência de mercado e suas formas atrativas de obtenção de bens de consumo necessários ou não. Para Frey (2001, p. 3), a valorização do consumismo e do economicismo é o grande entrave para a construção de uma consciência ecológica. Esta, por sua vez poderia fomentar o consumo de produtos ecológicos.

Outra observação se faz presente nesta discussão: a pobreza segundo o que rege o desenvolvimento sustentável traz grandes riscos ao meio ambiente. Sendo assim conclui-se que é preciso que os países

possuam estratégias de promoção de crescimento econômico. Mas, este estaria alicerçado no espírito do capitalismo, pois sem crescimento econômico surgirá problemas de distribuição desigual de renda, do desemprego e da instabilidade política, acarretando no risco à natureza.

É possível observar grandes espaços em branco no que preconiza o desenvolvimento sustentável referente aos países pobres e industrializados. Ora, se ser pobre significa risco e ser rico também, então, qual seria alternativa? Frey (2001, p. 4) observa que o relatório Brundtland, apenas criticou e não apresentou propostas reais quanto as alterações dos mecanismos deliberativos e das condições de poder nos foros nacionais ou mundiais. Para ele, a concepção nada mais foi que uma forma de reivindicar uma nova forma de crescimento, levando em consideração os impactos sócio-ambientais negativos.

Sachs (2007, p. 74) prefere pensar que a solução para os países pobres seria o de não percorrer o mesmo caminho dos países ricos. E aos países ricos limitar o desperdício de recursos, tendo em vista seu esgotamento. Percebe-se que os discursos ambientalistas são produções simbólicas que por meio dos instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra gera violência simbólica.

No âmbito das questões ambientais é notória esta disputa pela legitimação de seu capital (econômico, cultural, político e simbólico). Dessa forma, para entender tais relações foi realizado um levantamento de informações, através da pesquisa bibliográfica, sobre o desenvolvimento sustentável e o modelo de sociedade industrial.

O presente estudo resulta de uma investigação teórica, na qual entende a participação e o engajamento ambientalista como indissociáveis dos conceitos de *habitus* (ações dentro do campo) e de campo (construção a partir da diferenciação social dos tipos de capital). Ainda, reconhece que é por meio das manifestações e lutas em torno das atuações políticas de seus representantes que se constrói um espaço social de disputas.

## 1 Desenvolvimento econômico

Foi a partir dos meados do século XX que a temática “desenvolvimento econômico” se destacou, ganhando olhares dos mais renomados economistas da época. Segundo Souza (1999, p. 15), bem antes do século XX as sociedades européias já demonstravam bastante interesse pela temática. Mas, para os que detinham o controle das finanças públicas o maior alvo estava direcionado para o poder econômico e militar, deixando de lado as discussões sobre melhorias de vida da sociedade. As formas de atuação política estavam centradas na segurança contra ataques inimigos internos e externos. Ainda neste contexto, as viagens exploratórias por terra e mar, se fizeram presentes. Alguns momentos históricos auxiliaram na evolução e disseminação do desenvolvimento econômico como: o Estado nacional moderno, o Renascimento, as grandes descobertas marítimas e as riquezas coloniais.

Ainda de acordo este autor, o surgimento do desenvolvimento econômico possui raízes teóricas e empíricas, originadas das crises econômicas. Sendo assim, compreendendo seu aparecimento no plano teórico, o tema desenvolvimento econômico toma grandes amplitudes com a publicação da obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*, em 1776. No livro, Smith apresenta um modelo abstrato e conceitual de funcionamento do modo de produção capitalista.

Para Smith (apud SOUZA, 1999, p. 16), o desenvolvimento só era possível mediante o aumento do nível da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, ou seja, o fator essencial para o aumento da riqueza era o trabalho produtivo. Ao escrever sua obra Smith absorveu as problemáticas sócio-econômicas de sua época, período este que compreendia a Revolução Industrial Inglesa (1750 e 1830). Com a sua forma particular de ver as relações econômicas derrubou a tese fisiocrata do conceito de riqueza estar atrelado à terra. Diante de um crescimento econômico considerável na Inglaterra, propagando-se para outros países, Smith novamente, se destacou ao elaborar uma teoria histórica na qual buscava explicar tais transformações ocorridas

na sociedade de classes e, também ao formular uma teoria sociológica com o objetivo de estudar e explicar as relações de poder entre as principais classes sociais do capitalismo: capitalistas - proprietários de terras; operários “livres” (HUNT, 1981, p. 63).

Ainda dentro das discussões teóricas sobre as origens do desenvolvimento econômico, outro economista que se fez presente foi Joseph Schumpeter com a sua obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, publicada em 1911. Schumpeter conseguiu diferenciar crescimento e desenvolvimento. Para ele, o crescimento só era possível mediante uma economia que funcionasse em sistema de fluxo circular de equilíbrio, movida mediante a expansão demográfica, enquanto que no desenvolvimento, isto ocorria na presença de inovações tecnológicas (SOUZA, 1999, p. 16).

O termo desenvolvimento econômico ficou mais latente por meio da teoria Keynesiana, onde a *Contabilidade Nacional* classificou diferentes países como ricos e pobres pela comparação da renda per capita, tirando assim uma média da renda. A teoria de Keynes nada mais foi que uma análise sobre os processos contínuos de produção, circulação e consumo (HUNT, 1981, p. 431). Outro economista que se debruçou sobre o estudo dos processos econômicos foi David Ricardo, grande discípulo de Smith. Ricardo é considerado o teórico mais rigoroso dentre os economistas clássicos. De acordo com Hunt (1981, p. 110), o economista David Ricardo até hoje influencia a teoria econômica, lançando um modelo econômico abstrato e dedutivo. É de sua autoria, a teoria da renda e do lucro, na qual defendia a concentração de renda nas mãos dos capitalistas, uma vez que eles eram responsáveis pelo desenvolvimento econômico e, portanto, pela geração de empregos.

Além do pensamento econômico clássico, as abordagens neoclássicas também influenciaram os estudos acadêmicos, tendo em Alfred Marshall seu grande representante na escola inglesa. A economia neoclássica fundamentou a economia política dos países desenvolvidos até 1929 e estava focada no lucro em curto prazo, ou seja, na eficiência microeconômica da produção. Os neoclássicos eram otimistas quanto

à forma de acúmulo do capital, sendo para eles um processo gradual, contínuo e harmonioso de desenvolvimento (SOUZA, 1999, p. 118).

Diferentemente da visão otimista dos neoclássicos, surge um olhar pessimista sobre o sistema capitalista e suas formas de produção, no qual evolução e crescimento passam a ser fenômenos de desequilíbrio. Esta nova forma de perceber as técnicas de produção e a organização econômica da sociedade daria origem a um novo sistema chamado socialismo, tendo como seu precursor Karl Marx, eternizado na sua obra *O Capital*.

Crítico da economia clássica e de sua miopia histórica, Marx afirmava que a produção era uma atividade social, portanto, interessava-se em explicar as relações sociais entre capitalistas e trabalhadores (salário e lucro). Marx entendia que o tempo do trabalho era o que determinava o valor das mercadorias, nas relações de troca. Tais estudos emergiram em uma época onde o capitalismo tomava pra si a força de trabalho como mecanismo de obtenção de lucros.

## **2 Modernidade e globalização**

O capitalismo e a industrialização então representam as novas formas de produção baseadas e centradas na produção fabril - industrial. Igualmente às novas formas de cálculo econômico como o lucro, ela se tornou dominante na economia moderna, substituindo as formas tradicionais de produção baseadas primariamente na agricultura. Finalmente, o militarismo baseado na tecnologia e exércitos profissionais das sociedades modernas. Esta industrialização bélica permitiu aos estados modernos satisfatoriamente encontrar e conquistar as sociedades tribais e impérios absolutistas.

Referente à modernidade e seu processo excludente, o subsídio será essencialmente fundamentado em Giddens (1991) complementando com o discurso de Jean Francois Lyotard (1991) o qual define conceitos contraditórios aos de Giddens que apresenta o termo modernidade, com suas características sócio culturais, situando-a em seu tempo histórico destacando que:

O termo “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isso associa a modernidade a um período de tempo e uma localização geográfica inicial (GIDDENS, 1991, p. 11).

Com isso podemos associar o surgimento da modernidade ao período da Revolução Industrial e avanço do capitalismo, que criaram uma ruptura entre produção artesanal e a industrial e, conseqüentemente, à globalização que interligou os estados-nação, originando uma cultura mundial. Apesar de muitos autores das ciências sociais acreditarem que a era pós-moderna se deu no século XX, devemos considerar que para Giddens, vivemos apenas uma época de transição caracterizada principalmente pelas transformações institucionais, particularmente por aquelas que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro marcado pelos sistemas de informação, principalmente após a globalização dos meios de comunicação.

Dentre outros autores que afirmam que passamos da modernidade para pós modernidade, podemos citar Lyotard (apud GIDDENS, 1991, p. 12) o qual afirma que a passagem caracteriza-se pela evaporação da *grand narrative* – o “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres, tendo um passado definitivo e um futuro previsível”. Para ele, a pós-modernidade se refere a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia.

Lyotard afirma que é possível existir uma epistemologia coerente onde o conhecimento generalizável sobre vida social e padrões de desenvolvimento sistemático sobre organização social podem ser alcançados. Giddens, contrapondo-se às teorias de Lyotard, destaca que vivemos em um período de desorientação que impossibilita a sistematização do conhecimento sobre as organizações sociais, afirmando-nos que:

Para compreender esta afirmação devemos olhar novamente para natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrigada, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podemos perceber os contornos de um a ordem nova e diferente, que é “pós moderna”, mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de “pós – modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 12-13).

Para Giddens (1991, p. 9) é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as conseqüências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à coletividade, contribuindo de forma decisiva para afetar “os aspectos mais pessoais de nossa existência”.

Sua reflexão não está centrada no “eu” fruto de uma abordagem eminentemente psicológica, mas na importância do entendimento dos mecanismos de auto-identidade que são constituídos pelas instituições da modernidade, influenciando também em sua constituição. Por não ser uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações.

Nessa dialética, tanto a cultura quanto a economia e as dimensões sociais têm papel preponderante. A tensão sofrida pelo “eu” e sua busca por novas identidades na alta modernidade encontram espaço e referência no surgimento do que o autor chama de política-vida, que pode ser entendida como uma política das decisões da vida, nesse sentido, pode-se explorar a ideia de que o “pessoal é político” e, conseqüentemente, admitir como Giddens que “as questões da política-vida [...] clamam por uma remoralização da vida social e demandam uma sensibilidade renovada para as questões que as instituições da modernidade sistematicamente

dissolvem”. Assim, pode-se afirmar que Giddens, auxilia- nos a refletir sobre a sociedade contemporânea de forma intensa, abrindo espaço para considerar o “eu” e a busca de “novas identidades”.

Com isso, Giddens (1991, p. 87) argumenta que “a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos”, para esses sistemas operarem, é necessário que ocorram inter-relações entre as esferas do controle e principais centros de poder da economia mundial e os principais empreendimentos econômicos capitalistas. Suas multinacionais avançam pelo globo terrestre impondo suas novas regras de trabalho, baseadas exclusivamente no sistema capitalista. Para Giddens é impossível analisar o desenvolvimento das sociedades modernas sem levar em conta conseqüências negativas da globalização ou riscos atraídos para vida social do indivíduo.

A explicação da visão de Giddens sobre a globalização necessita examinar suas ideias sobre o processo de modernização. Isto acontece por culpa da sua crença de que as sementes da globalização são plantadas pelos processos de modernização. Giddens não concebe a modernização como representante do começo de uma nova era ou sequer época da humanidade, globalização é uma continuação de tendências postas em movimento pelo processo de modernização que teve início na Europa do século XVIII. A modernização substituiu as formas de sociedades tradicionais que eram baseadas na agricultura.

Giddens sugere que o processo de modernização influenciou em quatro grandes grupos de “complexos institucionais da modernidade”. Estes quatro que formam a base do processo de modernização. Eles são: Poder administrativo, poder militar, capitalismo e industrialização. O poder administrativo se refere ao crescimento e ao desenvolvimento da nação-estado secular, esta nova forma de estado é baseada em formas burocráticas e racionais de administração de sua população, lei e ordem. Tal “Racionalização administrativa” permite, como diria Giddens, o desenvolvimento de um estado envolvido na sua sobrevivência e na de outros, populações até então desconhecidas.

A teoria de Giddens é tanto dinâmica quanto é histórica. Giddens usa a ideia de uma dialética com a qual expressa esse dinamismo. Para a maior parte da sua aproximação dialética está centrada sobre o seu conceito de “Desencaixe do espaço-tempo”. Esse é o conceito central o qual Giddens usa para explicar tanto o movimento histórico de sociedades tradicionais modernas e o papel desempenhado pela globalização na aceleração do movimento começado com o processo de modernização.

### **3 Sustentabilidade e política**

#### *3.1 Uma natureza subjugada e desnaturalizada*

Embora a relação homem e natureza exista desde a antiguidade, esta ligação é considerada ainda muito conflituosa. Ao longo do século esta relação foi se afirmando como um agente preocupante, tanto politicamente como ambientalmente. Tal conflito ficou latente e, uma vez diante das necessidades infinitas do ser humano, desencadeou um tipo de relação não harmônica com a natureza, a materialista. A natureza, então, passou a ser subjugada pelas intempéries dos homens.

Somente no final do século XIX, logo após a Segunda Guerra Mundial, que a humanidade percebeu que a natureza era finita e que o uso incorreto dos seus recursos representaria a condenação para a humanidade. Dessa forma, surgiria a consciência ambiental e com ela a ciência e a tecnologia passariam a ser questionadas. Assim, este mesmo homem que manteve uma relação conflituosa e negligente com a natureza durante séculos, passaria a adotar novas práticas.

Esta nova prática teria um nome, desenvolvimento sustentável. Sendo disseminada através das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ocorrido no Rio de Janeiro em 1992 (FREY, 2001). Assim, com o empenho de diversos atores, foram criadas políticas públicas voltadas especificamente para o meio ambiente. A criação de áreas protegidas, por exemplo, resulta das ações políticas

conservacionistas. Apesar do primeiro parque nacional no mundo ter sido criado nos Estados Unidos, o Yellowstone, este tipo de prática seria mais peculiar nos países de Terceiro Mundo (DIEGUES, 1994, p. 11).

O desenvolvimento sustentável veio, então, como uma medida para resolver os problemas existentes em unidades de conservação, uma vez que o grande conflito presente era a ocupação humana nas reservas, que até o final do século XIX não era permitido.

Hoje, através das regulamentações e o controle dos recursos naturais, isso passou a ser possível. Mas, mesmo esta presença sendo permitida desde 1970, e dos inúmeros programas de otimização da relação homem-natureza, as unidades de conservação vivenciam grandes conflitos ambientais, conseqüências das relações de dominação entre os atores sociais que compõem o espaço (TEIXEIRA, 2004, p. 52).

### *3.2 Rumo à sustentabilidade*

Tratar o caminhar de uma sociedade extremamente capitalista rumo a uma nova concepção de desenvolvimento, a da sustentabilidade, requer uma reflexão cuidadosa, uma vez que até meados dos anos 70, o termo desenvolvimento estava atrelado ao progresso material. Entretanto, com o lançamento do livro de Celso Furtado, intitulado *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, em 1974, a ideia de desenvolvimento econômico foi transmitida como um simples mito. Para ele, o desenvolvimento deveria ser entendido como um processo de transformação da sociedade não com vistas aos meios, mas também aos fins. Assim, só há desenvolvimento econômico quando há a priorização da qualidade de vida da população, ou seja, quando ocorre paralelamente o desenvolvimento humano (VEIGA, 2005, p. 245).

Este pensar fundamenta-se no discurso de que o desenvolvimento expande as capacidades humanas, através da liberdade. Contudo, a grande problemática está na forma desta liberdade se manifestar. Assim, as relações homem e natureza confirmaram esta preocupação. O caminhar para o desenvolvimento sustentável foi lento, sendo construído à base de muitas preocupações e discussões sobre a vida planetária e seu futuro.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2005, p. 27), a natureza era percebida como algo mecânico, onde o pensamento determinista era dominante. Portanto, era posta como um obstáculo ao desenvolvimento social. Tal pensamento predominaria até meados dos anos 60. O modelo econômico capitalista e predatório seria enfocado criticamente por diversos autores, uma vez que o meio ambiente estaria passando por um processo chamado de instrumentalização, ou seja, desnaturalização.

Com a crescente evolução da ciência e tecnologia durante o século XIX e XX através do modo fordista de produzir e da grande atividade industrial, a natureza passou a dar sinais preocupantes quanto a sua preservação. Esta exploração dos recursos naturais causou diversos danos ambientais, gerando impactos negativos irreversíveis ou mesmo de difícil recuperação (BERNARDES; FERREIRA, 2005, p. 28).

Ainda para Bernardes e Ferreira (2005, p. 29), existe um desejo de reverter o quadro atual da natureza, através de movimentos de resistência, este seria como um controle de risco e estaria ligado à noção de futuro. Mas, até chegar esta consciência ambiental a humanidade precisou ver perplexa sua própria destruição. A lista de acontecimentos desastrosos para a natureza e sociedade não ficou no passado, ainda é realidade. A percepção, contudo, que o planeta passa por uma profunda crise ambiental, só surge por meio de grandes desastres.

Acontecimentos, como o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki; a contaminação da Baía de Minamata, onde diversas pessoas sofreram deformação física; a contaminação por pesticidas; derramamento de petróleo na costa oeste da Inglaterra, no qual muitos animais marinhos morreram; derramamento no Alasca, deixando vazar 40 milhões de litros de petróleo; morte de 10 mil pessoas e 200 mil deixadas cegas e com deformidade física por meio de queimaduras acometidas por contaminação de gás tóxico em Bhopal; e o grande acidente nuclear na história, o da cidade de Chernobil, na antiga União Soviética, onde a usina nuclear da cidade espalhou em um raio de 3.000 km radiação, causando a morte de cem pessoas e contaminação de outras centenas de pessoas que perdura até os dias de hoje.

Para Milaré (1995, p. 15), a concentração da população nas cidades, a elevação de renda por uma minoria da população, a produção intensiva de bens de consumo e o descarte precoce de bens usados são outras marcas visíveis geradas pela dominação humana sobre a natureza e o rápido processo de modernização tecnológica do século XX. É, diante de uma crise sócio-ambiental, que o desenvolvimento sustentável seria concebido, e este se apresentaria como uma solução para os problemas planetários desencadeados pela ação do homem sobre a natureza.

O Relatório Brundtland, traduzido na língua portuguesa como “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, trouxe a definição do termo como texto preparatório para as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992, a ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 1999, p. 21). O mundo, na época, passava pela experiência da disseminação do neoliberalismo, pregava-se um crescimento econômico desenfreado justificado no discurso de geração de emprego (FREY, 2001, p. 1).

A concepção de desenvolvimento sustentável norteava-se na compreensão de que os recursos naturais são findáveis e que existe uma inadequação econômica, social e ambiental no modelo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Para Almeida (1999, p. 21), alguns aspectos não são claros quanto à definição e aplicabilidade desta nova forma de pensar o mundo, sendo preciso responder duas questões: Trata-se de sustentar o quê? Futuro comum de quem e para quem?

É importante saber que relacionado ao desenvolvimento sustentável estão diversas visões de mundo. Neste âmago de ideias é que atores alternativos irão proferir um modelo fundamentado em um modo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito (ALMEIDA, 1999, p. 22).

Em suas análises sobre desenvolvimento sustentável, Almeida (1999) apresenta duas concepções que envolvem a temática, uma gestada dentro da economia, em que a natureza é um bem capital, e a outra sendo contrária a este discurso econômico. Quanto à problemática

da práxis do desenvolvimento sustentável, Vecchiatti (2004, p. 91), expressa que somente, uma articulação ético-política guiada pela política ambiental, poderia direcionar uma revolução social e cultural. Dessa forma reorientaria o modo de produção de bens materiais e imateriais, tornando possível conciliar crescimento econômico com as formas de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a preocupação ambiental tornou-se mais forte no século XX, através da elaboração e implementação de políticas públicas de cunho ambientalista, datada em 1970. Apesar de ganhar força neste período, a preocupação ambiental no Brasil já era presente no período colonial, com a legislação regulatória restritiva do desmatamento e a agricultura predatória. Esta primeira formulação ambiental cobrava uma adoção de medidas para os impactos negativos à natureza que o desmatamento e exploração dos recursos naturais causassem. Contudo, a regulamentação ambiental só ganharia força na Revolução de 30, no estopim do Estado centralizado.

Há, segundo Cunha e Coelho (2005, p. 45), pelo menos três tipos de políticas ambientais no Brasil, que seriam as regulatórias, na qual estabelece ou regulamenta normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural e seus recursos; as estruturadoras que são intervenções direta do poder público ou de organismos não governamentais para proteger o meio ambiente e as indutoras de comportamento que referem-se às ações que possuem o intuito de influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais, ou seja, iniciativas destinadas a otimizar a alocação de recursos.

Ainda segundo Cunha e Coelho (2005, p. 46), referente às políticas ambientais no Brasil, três momentos marcam esta história: o primeiro período vai de 1930 a 1971; o segundo vai de 1972 a 1987; e o terceiro vai de 1988 até os dias atuais. O primeiro momento que vai de 1930 a 1971 compreendeu uma época onde a humanidade enfrentava problemas com a Segunda Guerra Mundial, os riscos nucleares, de crescimento populacional e químico.

O Brasil por sua vez tinha grandes experiências com Revolução de 30, constituição de 34, aceleração industrial e urbana. Assim, dentro das políticas regulatórias, o país promulgou os códigos: Florestal, das Águas e de Minas; criou a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; reformulou os códigos de pesca, de minas e florestal; criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Quanto nas políticas estruturadoras surgem: as propostas de criação de parques nacionais e estaduais; criação do primeiro parque em 1937 com o Parque Nacional de Itatiaia-RJ; criação da primeira floresta nacional na Amazônia: FLONA de Caxuanã em 1961; e a criação de 26 unidades de Conservação. Já as políticas indutoras no Brasil não foram formalizadas no período.

No contexto internacional o período de 1972 a 1987 foi marcado pela divulgação do Relatório do Clube de Roma; organização de movimentos ambientalistas como o Greenpeace; realização da Conferência de Estocolmo em 1972; ameaças das usinas nucleares; crise do petróleo; e politização da questão ambiental. Já no contexto nacional, o período foi reconhecido como o do milagre econômico; do crescimento das áreas metropolitanas; da crise econômica e da realização da Assembléia Nacional Constituinte.

Nesse momento, as políticas regulatórias estariam envolvidas na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente; da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF); criação do Ministério do Desenvolvimento, Urbanização e Meio Ambiente; resolução de obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em 1986. As políticas estruturadoras focavam a criação de estações biológicas federais no RJ e sul da BA para proteger o mico-leão; criação de parques nacionais, florestas nacionais e reservas biológicas no país todo; formulação da política nacional do meio ambiente; definição e criação de áreas de proteção ambiental em todo território nacional; elaboração da política nacional do meio ambiente e do sistema de licenciamento de atividades poluidoras; criação do projeto de assentamento extrativista; e implantação de 76 unidades.

Por fim, de 1988 aos dias atuais tivemos no cenário internacional crises ambientais de grande amplitude, apresentação do Relatório Brundtland; crise financeira; realização da ECO 92, Fórum das organizações não-governamentais e Conferência do Clima Global em Kyoto. O cenário brasileiro vislumbrava a promulgação de uma nova Constituição, em 1988, com aspectos descentralizadores, sendo a primeira a abordar a questão ambiental; instituição de novas bases para aplicação de multas em casos de danos ao meio ambiente e a lei dos royalties; crise financeira e discussões sobre os transgênicos.

Cunha e Coelho (2005, p. 49-50) destaca a ausência das políticas indutivas nos outros anos. Nelas serão feitas proposições de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso dos recursos naturais; construção da Agenda 21 em 1992; criação de formas de fomento ao manejo florestal de uso múltiplo e de ações de prevenção e combate a incêndios florestais e à capacitação para o planejamento e o uso da terra; fomento às ações de educação ambiental; e implantação de certificação ambiental, o selo verde e das ISOs – 9000 e 14000.

#### **4 Políticas públicas: do jogo às mediações**

Tratar sobre a temática “políticas públicas” é se emaranhar em devaneios sociológicos sobre conceitos de Estado e Poder. Essa discussão poderia ser iniciada esgotando as refutações acerca dos conflitos ambientais e dos paradigmas do territorialismo. Entretanto, nesta arena de ideias vale centrar as reflexões sociológicas no espírito do Estado e nas relações de poder. Para tanto, é indispensável, neste artigo, compreender as políticas públicas como mediadora entre os diversos atores e suas relações com o mundo.

Dessa forma Muller (1995), associa as políticas públicas como um processo de construção de uma relação com o mundo, que vai chamar de referencial. Este referencial seria a dimensão intelectual da ação pública e sua abordagem seria a análise, propriamente dita, das políticas públicas.

De fato, o processo de produção do referencial não está limitado à fase de construção do problema e da inclusão na agenda da grade dita de Jones. Aí encontramos a dimensão da produção do sentido tanto na fase de decisão quanto nas fases de implementação (implementation) e, evidentemente, de avaliação (MULLER, 1995).

Enquanto estrutura, as políticas públicas apresentam no seu referencial quatro distintas percepções do mundo: valores - define o quadro global da ação pública pelo saber do que é desejável ou rejeitável; normas - princípios da ação pelo distanciamento do real percebido e do real desejado; algoritmos - relações de causas expressas na teoria da ação; e imagem - efeito cumulativo de todas as distinções de forma imediata sem o uso do discurso prolongado (MULLER, 1995).

É importante salientar que o referencial não é, somente, uma ideia ou um discurso, mas uma ideia em ação. Tal referencial por sua vez não se reserva somente às elites profissionais, políticas e administrativas, já que é produzida em atos entendidos como discursos construídos. Nesta esfera, Muller (1995) bem comenta que os conflitos surgem mediante as várias visões de mundo por grupos distintos (componente identitário).

A intensidade dos conflitos se explica pela dimensão identitária do referencial: o que está em jogo não são apenas idéias abstratas, mas a própria existência dos grupos em questão enquanto atores, por meio da imagem que concebem do seu lugar no mundo, buscando fazer com que seja aceita.

Percebe-se, claramente, que o conflito entre visões dominantes diferentes levará às disputas pelo poder. Contudo, é nestes confrontos pela legitimidade do discurso que a política pública se apresentará como mediadora. Assim, ela conseguirá trazer para realidade, as problemáticas, as representações de grupos sociais ou de setores envolvidos e a teoria da mudança social.

Bourdieu (1997, p. 99) explica bem esta relação de campo de forças e a produção de poder dentro do referencial de políticas públicas concebido por Muller, uma vez que o Estado concentra vários tipos de capital.

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, política), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. A concentração de diversos tipos de capital [...] permite ao Estado exercer um poder sobre diversos campos e sobre diversos os diferentes tipos específicos de capital [...].

Neste espaço de jogo, a luta é pelo poder sobre o Estado, consecutivamente, sobre os diferentes tipos de capital. A conquista se dá pela dominação simbólica, ou seja, pelo reconhecimento que este se apóia no desconhecimento. Bourdieu consegue explicar esta lógica através de sua obra *The Logic of Practice*, na qual aborda a teoria do espaço social, composição de grupos e competição simbólica, focando em duas formas de dominação - pessoal e estrutural.

Pensar o Estado, não é uma tarefa das mais fáceis, pois ao fazê-lo corremos o risco de cair no exagero literário. Mas, Pierre Bourdieu em sua obra *Razões Práticas: sobre a teoria da ação* explica que é possível senti-lo no domínio da produção simbólica. Assim, “[...] as administrações públicas e seus representantes são grandes produtores de ‘problemas sociais’ que a ciência social freqüentemente apenas ratifica, retomando-os por sua conta como problemas sociológicos [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 95).

Com base nestas reflexões, pensar o Estado (representado por seus líderes e suas formas de atuação) é mais que entender suas normas e hierarquias, é pensar um espaço social e simbólico constituído de habilidades para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações.

## 5 Considerações finais

Por meio deste artigo buscou compreender a lógica do desenvolvimento sustentável e o *habitus* das sociedades industriais, constatando que estes estavam inseridos em contextos históricos marcados por conflitos entre o homem/natureza e o homem/homem.

O ensaio também ampliou suas análises quanto à temática ao construiu suas reflexões no estudo da gênese do espírito do Estado e da teoria da ação. Dessa forma, conseguiu traçar um paralelo entre a problemática ambiental, a ação política e as relações de poder existentes nos conflitos sócio-ambientais.

Através de uma abordagem sociológica da prática, da reflexão, da dominação e da representação social, do filósofo e sociólogo francês, Pierre Bourdieu, discutiu o espaço social e sua composição de grupos e competição simbólica pelas formas de dominação.

Na esfera do simbolismo, explicou que é através da habilidade para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações que é possível conquistar o poder simbólico.

Enfim, o presente artigo possibilitou olhar as políticas públicas como mediadora entre os diversos atores e suas relações com o mundo, deixando evidente a existência de um campo burocrático complexo, no qual a exigência é saber jogar o jogo, onde o bom jogador não somente deve conhecer as jogadas, mas também prevê-las. Assim, estar neste campo de forças significa se submeter a uma estrutura que constrange, uma vez que cada campo possui sua própria lógica, ou seja, sua própria jogada.

## Referências

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, J. A Problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. *Desenvolvimento sustentável – necessidade e/ou possibilidade?* 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B da; GUERRA, A. J. T. (Org.). *A questão ambiental – diferentes abordagens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B da.; GUERRA, A. J. T. (Org.). *A questão ambiental – diferentes abordagens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

FREY, K. A dimensão política-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas aplicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, ano 4, n. 9, jul./dez. 2001.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2002.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

MILARÉ, É. Política e legislação ambiental. In: TORNISIELO, S. M. T. et al. (Org.). *Análise ambiental: estratégias e ações*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1995.

MULLER, P. *As políticas públicas como construção de uma relação com o mundo*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1999.

TEIXEIRA, C. Desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 51-66, out. 2005.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 3, jul./set. 2004.

VEIGA, J. E. da. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Org.). *Economia brasileira*. São Paulo: Centro Acadêmico Visconde de Cairu (FEA) – USP, 2005.

*Recebido em: agosto de 2010*

*Aprovado para publicação em: fevereiro de 2011*